



## *Câmara Municipal de Estiva*

*"Cidadania com Respeito e Responsabilidade"*

*camaramunicipal@estivanet.com.br*

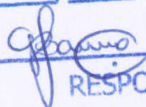
Lei 1.242, de 24 de maio de 2010.

### **PUBLICAÇÃO**

A Câmara Municipal de Estiva manda publicar o presente documento para conhecimento e reivindicação da população

☒ Afixado no Quadro de Avisos

De: 24/05 a 24/06/10

  
RESPONSÁVEL

DISPÕE SOBRE A  
CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE  
INCENTIVOS A INDÚSTRIAS COM  
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE  
USO, COM PROMESSA DE DOAÇÃO  
DE IMÓVEIS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO MUNICIPAL, PARA O  
FIM EXCLUSIVO DE  
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Estiva, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante prévia avaliação e autorização legislativa, a outorgar a concessão de direito real de uso dos imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, com promessa de doação, à empresa que pretenda instalar-se no município ou que nele já se encontre instalada.



## *Câmara Municipal de Estiva*

*“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”*

*camaramunicipal@estivanet.com.br*

**Artigo 2º** - A concessão, a título gratuito, para fim exclusivo de desenvolvimento industrial, será outorgada por meio de contrato administrativo, observadas as condições previstas nesta lei.

**Artigo 3º** - O prazo de vigência do contrato administrativo será de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua assinatura, com a publicação oficial de seu extrato, permitida sua prorrogação por período não superior a esse limite.

§ 1º - O contrato poderá ser prorrogado, por uma única vez, nos seguintes casos:

- I – a requerimento da própria concessionária, devidamente fundamentado e justificado;
- II – pela superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do objeto;
- III – pela interrupção da execução do objeto, por ordem e no interesse do município;
- IV – pelo impedimento da execução do objeto por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo município em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- V – pelo atraso das providências que competem ao município, do qual resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do objeto.





## *Câmara Municipal de Estiva*

*“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”*

*camaramunicipal@estivanet.com.br*

§ 2º - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e submetida à aprovação do chefe do Executivo, formalizando-se mediante Termo Aditivo.

**Artigo 4º** - Do contrato de concessão de uso deverão constar, necessariamente, além da perfeita descrição do imóvel e sua prévia avaliação, as seguintes condições a serem cumpridas pela concessionária:

- a) apresentação, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da sua assinatura, do projeto de construção, memorial descritivo e cronograma de execução das obras;
- b) início da construção do prédio no prazo de até 60 (sessenta) dias, após todas as aprovações e licenciamentos pelos órgãos competentes;
- c) conclusão das obras no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, a partir da aprovação do projeto;
- d) início de suas atividades operacionais no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da expedição do “Habite-se”;
- e) utilização do imóvel exclusivamente para os fins propostos, quando da assinatura do contrato.

§1º - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na rescisão unilateral do contrato de concessão pelo município, com a conseqüente devolução do imóvel com todas as benfeitorias que já tenham sido nele introduzidas, ainda que necessárias úteis ou voluptuárias, sem direito a qualquer indenização.





## *Câmara Municipal de Estiva*

*“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”*

*camaramunicipal@estivanet.com.br*

§2º - A desocupação do imóvel deverá ocorrer no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da regular notificação da concessionária.

**Artigo 5º** - Os projetos de edificação deverão obedecer aos critérios e exigências previstas na legislação em vigor.

**Artigo 6º** - O Poder Executivo comprometer-se-á no contrato de concessão, desde que haja viabilidade técnica e disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, à prestação de serviços de terraplenagem, abertura de acessos, colocação de guias, sarjetas e calçamento, além de outros benefícios que se fizerem necessários, desde que pertinentes e dentro das disponibilidades financeiras e orçamentárias.

Parágrafo único – Os serviços de que trata este artigo poderão ser executados diretamente pelo município ou por meio de convênio ou contrato com outros agentes públicos ou privados.

**Artigo 7º** - A doação do imóvel à concessionária dependerá da reavaliação de seu valor e da competente autorização legislativa, e somente será efetuada pelo Poder Executivo, desde que a mesma:

a) tenha cumprido todas as exigências a que se refere o artigo 4º desta Lei;





## *Câmara Municipal de Estiva*

*“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”*

*camaramunicipal@estivanet.com.br*

b) tenha desenvolvido, no imóvel concedido, as atividades propostas no contrato durante o período mínimo de 3 (três) anos.

§ 1º - Da escritura pública de doação deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes cláusulas resolutivas a serem cumpridas pela donatária:

I – não paralisar as suas atividades operacionais por período superior a 6 (seis) meses, após o regular início das mesmas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;

II – não vender, ceder, permutar ou locar o imóvel doado, no todo ou em parte, sem a anuência do Executivo;

III – não alterar a destinação do imóvel doado, bem como o ramo de atividade;

IV – não faturar, fora do município, a produção da sua unidade local e não deixar de recolher os tributos nele gerados;

V – não sonegar ou fraudar o recolhimento dos tributos decorrentes de suas atividades;

VI – responsabilizar-se, em conjunto com outras concessionárias, pela conservação e preservação da área verde do núcleo ou distrito industrial onde vier a se instalar;

VII – evitar toda e qualquer forma de poluição ambiental, cumprindo e fazendo cumprir as leis e normas federais e estaduais pertinentes.

§ 2º - O não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas nos incisos do parágrafo anterior, implicará:





## *Câmara Municipal de Estiva*

*“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”*

*camaramunicipal@estivanet.com.br*

a) na revogação da doação, com a conseqüente reversão do imóvel doado ao patrimônio do município, sem que assista à donatária o direito a indenização de qualquer natureza ou de retenção pelas benfeitorias a ele incorporadas, ainda que necessárias úteis ou voluptuárias;

b) na restituição, monetariamente corrigida, das despesas eventualmente realizadas com a implantação da infra-estrutura prevista no artigo 6º desta lei, bem como no pagamento dos tributos que deixaram de ser recolhidos aos cofres municipais, em razão de isenção fiscal concedida;

§ 3º - As custas e emolumentos decorrentes da lavratura da escritura pública de doação, bem como a sua matrícula e registro no cartório imobiliário competente, serão da exclusiva responsabilidade da empresa donatária.

**Artigo 8º** - Enquanto estiver cumprindo os termos do contrato de concessão de direito real de uso com promessa de doação, a empresa concessionária usufruirá dos seguintes incentivos fiscais:

- a) isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incidente sobre o imóvel objeto da concessão;
- b) isenção da Taxa de Licença para Execução de Obras, incidente sobre a construção do prédio industrial;
- c) isenção da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento da empresa;



## ***Câmara Municipal de Estiva***

***“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”***

**camaramunicipal@estivanet.com.br**

d) isenção do Imposto de Transmissão de Bens Inter-Vivos – ITBI, referente à alienação do imóvel objeto da concessão;

e) isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

§1º - Os incentivos fiscais previstos nas letras “a”, “b”, “c”, “d”, e “e” deste artigo serão concedidos a partir da assinatura do contrato de concessão até a outorga da escritura de doação do imóvel.

**Artigo 9º-** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e as despesas decorrentes de sua execução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Estiva, 24 de maio de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
**João Gualberto Rezende Júnior**

**Prefeito de Estiva**